

ANO 7 • N° 150

21 DE OUTUBRO DE 2021

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014



**NApAnt: BRASIL SELECIONA
PROJETO DE SINGAPURA**

ESTE E OUTROS 14 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO



BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 150 • 21 de outubro de 2021

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ademais, algumas edições contam com a seção “Temas Especiais”.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [Ary Rongel 2 \(adaptado\)](#).

Por: Luiz Padilha.

Fonte: Defesa Área & Naval.

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/
RJ - Brasil
TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Contra-Almirante Silvio Luis dos Santos

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) Marcio Magno de Farias Franco e Silva

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR EXECUTIVO

Capitão-Tenente Bruno de Seixas Carvalho (University of Birmingham)

EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Francisco E. Alves de Almeida (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Ana Carolina Vaz Farias (UFRJ)

Isadora Novaes dos Santos Bohrer (UFRJ)

Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

TRADUÇÃO E REVISÃO

Rodrigo Oliveira Dutra Marcílio (UFRJ)



ÁFRICA SUBSAARIANA

Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Isadora Jacques de Jesus (UFRJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (ESG)
Vivian de Mattos Marciano (EGN)

AMÉRICA DO SUL

Ana Laura Marçal Monsores (UFF)
Bruna Soares Corrêa de Souza (UniLaSalle)
Carlos Henrique Ferreira da Silva Júnior (EGN)
José Martins Rodrigues Junior (UFRJ)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Matheus Souza Galves Mendes (EGN)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Ana Carolina Vaz Farias (UFRJ)
Jéssica Pires Barbosa Barreto (EGN)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)
Victor Cabral Ribeiro (PUC-Rio)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Ana Carolina Ferreira Lahr (EGN)
Gabriela Paulucci da Hora Viana (UFRJ)
Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)
Pedro Allemand Mancebo Silva (PUC-Rio)
Raphaella da Silva Dias Costa (UFRJ)

EUROPA

Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Thaïs Abygaëlle Dedeo (Université de Paris 3)
Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (IBMEC)
Luís Filipe de Souza Porto (UFRJ)
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)
Maria Claudia Menezes Leal Nunes (USP)
Philipe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFRJ)
Vinicius Guimarães Reis Gonçalves (UFRJ)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Adel Bakkour (UFRJ)
Ana Luiza Colares Carneiro (UFRJ)
Dominique Marques de Souza (UFRJ)
Isadora Novaes dos Santos Bohrer (UFRJ)
Pedro da Silva Albit Penedo (UFRJ)
Vitória de França Fernandes (UFRJ)

RÚSSIA & EX-URSS

José Gabriel de Melo Pires (UFRJ)
Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Vitor Ferreira Lengruber (UCP)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)
Vinicius de Almeida Costa (EGN)

SUL DA ÁSIA

Iasmin Gabriele Nascimento dos Santos (UFRJ)
João Miguel Villas-Boas Barcellos (UFRJ)
Marina Soares Corrêa (UFRJ)
Rebeca Vitória Alves Leite (EGN)

TEMAS ESPECIAIS

Alessandra Dantas Brito (EGN)
Bruno Gonçalves (UFRJ)
Guilherme Novaes Silva Pinto (UFRJ)



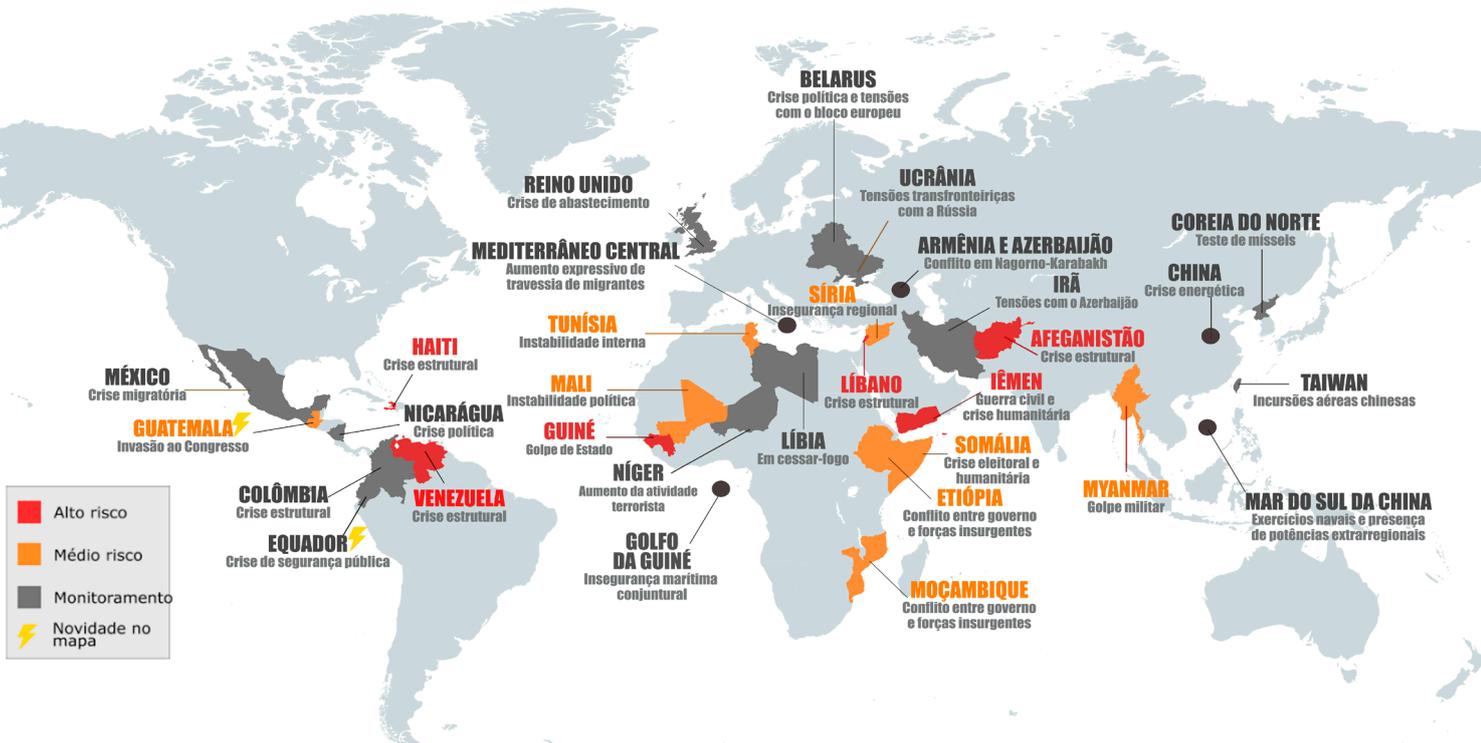
ÍNDICE

AMÉRICA DO SUL		LESTE ASIÁTICO	
Crise hídrica no Paraguai.....	6	Os programas nuclear e de mísseis da Coreia do Norte: visões de Seul e Pequim	14
NAPAnt: Brasil seleciona projeto de Singapura.....	7		
AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL		SUL DA ÁSIA	
Os haitianos e a crise migratória na fronteira entre México e Estados Unidos	7	Metas climáticas indianas: ousadas demais para serem atingidas individualmente?	14
ÁFRICA SUBSAARIANA		SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA	
A ruptura da ordem constitucional na Guiné e a fragilidade democrática na África Ocidental	8	O AUKUS e o desenvolvimento estratégico das Filipinas	16
As potencialidades da <i>blue economy</i> : o caso namibiano.....	9		
EUROPA		ÁRTICO & ANTÁRTICA	
<i>Global Britain</i> em ação: o retorno da presença naval britânica no Golfo da Guiné	10	O Norte e o Oeste: <i>Zapad-2021</i> e a estratégia russa para o Ártico	17
Navios mercantes resgatam cada vez mais migrantes no Mediterrâneo.....	11		
Central.....	11	TEMAS ESPECIAIS	
ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA		Captura e armazenamento de carbono: um passe-livre para a continuidade das emissões?	
A disputa migratória entre o Norte da África e a França	12	18	
RÚSSIA & Ex-URSS		Artigos Selecionados & Notícias de Defesa.....	
O Ártico e a Esquadra do Norte: a nova fronteira do poder naval russo.....	13	19	
		Calendário Geocorrente.....	
		19	
		Referências.....	
		20	
		Mapa de Riscos.....	
		21	

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Desconsiderando a pandemia de COVID-19

Por: Rafael Esteves Gomes



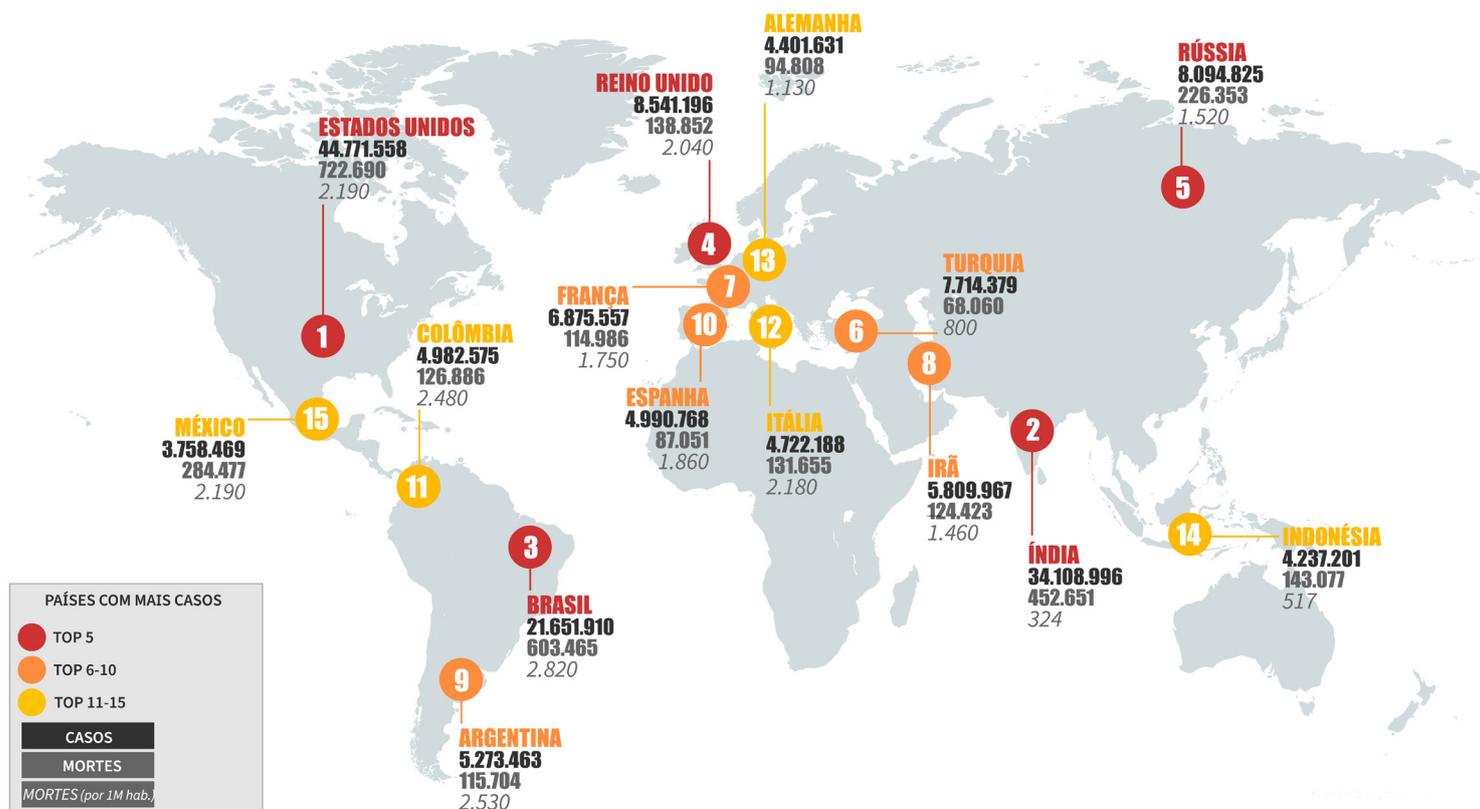
Created with mapchart.net

Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 21.

PRINCIPAIS PAÍSES AFETADOS PELA COVID-19

Dados segundo o "WHO COVID-19 Dashboard", publicado no dia 20 de outubro de 2021.

Por: Rafael Esteves Gomes



ACOMPANHAMENTO DAS VACINAS

Países	Total de doses aplicadas		População imunizada (%)*	Vacinas
	milhões	por 100 pessoas		
China	2,232,8	160	75%	●●●●●
Índia	987,1	72	21%	●●●
Estados Unidos	409,4	123	57%	●●●
Brasil	258,8	123	51%	●●●●
Japão	182,07	144	68%	●●●
Indonésia	173,01	64	24%	●●●●●
Turquia	114,4	137	57%	●●
México	112,1	88	40%	●●●●●●
Alemanha	110,2	133	66%	●●●●
França	97,3	145	68%	●●●●

*Percentual da população totalmente imunizada

CanSino	●	Sinopharm/Beijing	●
Covaxin	●	Sinopharm/Wuhan	●
Johnson&Johnson	●	Sinovac	●
Moderna	●	Sputnik V	●
Oxford/Astrazeneca	●	ZF2001	●
Pfizer/BioNTech	●	EpiVacCorona	●

Fontes: Organização Mundial da Saúde; Our world in data; The New York Times

NApAnt: Brasil seleciona projeto de Singapura

Matheus Mendes

A Marinha do Brasil definiu o projeto vencedor para a construção do novo Navio de Apoio Antártico brasileiro (NApAnt). Trata-se do Estaleiro Jurong Aracruz, adquirido em 2014 pela empresa *Sembcorp*, de Singapura. O anúncio foi feito através do Comandante da Marinha em evento a bordo do NAM Atlântico. Com essa definição, o país alavanca mais um projeto de construção naval, além do PROSUB (Submarinos) e o das Fragatas da Classe Tamandaré (FCT) em curso.

De início, a proposta vencedora indica as missões a serem desempenhadas pela nova embarcação. A *Sembcorp* baseou sua oferta no navio *RV Investigator*, comissionado em 2014 na Austrália. De acordo com o CSIRO — órgão australiano voltado à pesquisa científica —, o navio executa operações de pesquisa marinha em águas geladas, com capacidade de realizar pesquisas oceanográficas, biológicas e geocientíficas em profundidade. No que se refere ao conteúdo local — materiais produzidos e serviços prestados por empresas brasileiras —, espera-se que haja um percentual variando em torno de 45%. Nesse sentido, o projeto é comparável ao Programa FCT que está previsto para cerca de 40% de conteúdo local. Adicionalmente, vale ressaltar que o Brasil abre uma nova frente de construção naval, agora em Aracruz (ES). As demais são em Itajaí, RJ

(PROSUB) e Itajaí, SC (Tamandaré).

Nota-se que o Programa escolhido pelo Brasil rompe com um padrão de seleção de empresas europeias para capitanear esse tipo de empreendimento, abrindo portas para novos mercados investirem no setor de Defesa nacional. Também vale destacar que esse novo navio não tem capacidade de “quebrar gelo” e sim de navegar em águas geladas, o que vai de encontro ao objetivo de substituição direta do atual *Ary Rongel*, prevista para 2025. Outro ponto que chama a atenção é o êxito brasileiro de trazer projetos de construção naval para o país preocupando-se em adicionar peças nacionais e investindo em estaleiros após a diminuição de atividade do setor nos últimos anos.

De fato, ainda é cedo para tirar conclusões sobre o Programa, uma vez que o orçamento ainda não foi definido e mais detalhes do projeto devem ser apresentados. No que diz respeito ao entorno estratégico, o Brasil mantém sua postura de interesse em relação à Antártica, mas sem aumentar sua presença nesse continente, uma vez que fará uma substituição direta dos meios navais. No entanto, o país investe em capacidade instalada e qualificação de pessoal nacional, o que pode ser um interessante ativo, caso seja bem aproveitado no futuro.

DOI 10.21544/2446-7014.n150.p07.

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Os haitianos e a crise migratória na fronteira entre México e Estados Unidos

Victor Cabral

A crise humanitária na fronteira México-Estados Unidos (EUA) ganhou um novo capítulo recentemente, devido ao aumento de migrantes haitianos tentando ingressar irregularmente nos EUA. Múltiplos fatores levaram a esse cenário. Primeiro, a crise estrutural vivida no Haiti: em julho de 2021, houve o magnicídio de Jovenel Moïse, então chefe do Estado, e um mês depois ocorreu um forte terremoto seguido de furacão ([Boletim 148](#)), aprofundando a instabilidade e impulsionando a migração forçada. Segundo, os EUA voltaram a atrair migrantes em razão da melhora temporária na crise sanitária ([Boletim 137](#)). A partir desse panorama, como o México e os EUA estão respondendo à esse cenário?

Há mais de uma década, as crises haitianas promovem a emigração devido à instabilidade e insegurança do país, com muitos tendo migrado para o Brasil e o Chile temporariamente. Entretanto, os acontecimentos recentes no Haiti e a crise econômica sul-americana fizeram os haitianos retornarem à estrada, especialmente com a reabertura econômica dos EUA devido à vacinação em massa. Assim, os haitianos partem do Chile e Brasil para a Colômbia, atravessam a região de Darién —

uma densa floresta conhecida pelo domínio territorial de narcotraficantes — para chegarem ao Panamá. De lá, cruzam o istmo centro-americano e somam-se às caravanas de migrantes até a fronteira México-EUA.

Em resposta à crise em seu território, o México abriga migrantes haitianos em estádios esportivos e planeja conceder refúgio a cerca de 13 mil deles, objetivando desestimular a ida aos EUA e garantir seus Direitos Humanos. Entretanto, muitos empenham-se em cruzar a fronteira, mas acabam sendo barrados, presos, deportados, ou mortos pelos agentes fronteiriços estadunidenses, ou pela fome e sede na travessia pelo deserto.

Nos EUA, a administração Joe Biden tem sido criticada por perseguir migrantes haitianos, manter estruturas de prisão e separação familiar, além de deportar pessoas sem o direito de acesso à justiça ou à solicitação de refúgio, violando normas internacionais. Biden descumpre promessa eleitoral de uma abordagem humanitária aos migrantes, refletindo na renúncia, em 22 de setembro, de Daniel Foote, enviado especial estadunidense ao Haiti, pela discordância com as políticas implementadas e incapacidade de resolução da crise no Caribe. »

Portanto, ressalta-se que deportação e violência não solucionam crises migratórias. Os EUA poderiam auxiliar em soluções à crise estrutural haitiana, além de

proverem segurança aos refugiados, que seguirão o fluxo pela incapacidade de estabilização e segurança no Haiti no médio prazo.



DOI 10.21544/2446-7014.n150.p07-08.

ÁFRICA SUBSAARIANA

A ruptura da ordem constitucional na Guiné e a fragilidade democrática na África Ocidental

Isadora Jacques

O emprego de Forças Armadas como alternativa à reestruturação de poder na África Ocidental pode representar uma ameaça à democracia da região. Em 05 de setembro de 2021, o Coronel Mamady Doumbouya, comandante das Forças Especiais de Elite, invadiu Conakry, capital da Guiné. A manobra para a tomada de poder foi mais uma na porção ocidental do continente em um ano — seguida pelos desarranjos políticos no Mali ([Boletim 121](#)) e Chade. Além dos impactos políticos e econômicos no país em função da intervenção, este texto pretende indicar as medidas regionais em torno da recente ruptura constitucional.

A pandemia da COVID-19 expôs as lacunas nas estratégias socioeconômicas do governo do presidente deposto Alpha Condé, o primeiro a ser democraticamente eleito no país, em 2010. Em 2020, Condé tentou concorrer ao terceiro mandato e os oponentes que apontaram ilegalidades no processo foram presos. Após a escalada da crise política em setembro deste ano, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS, sigla em inglês) exigiu o retorno à ordem constitucional

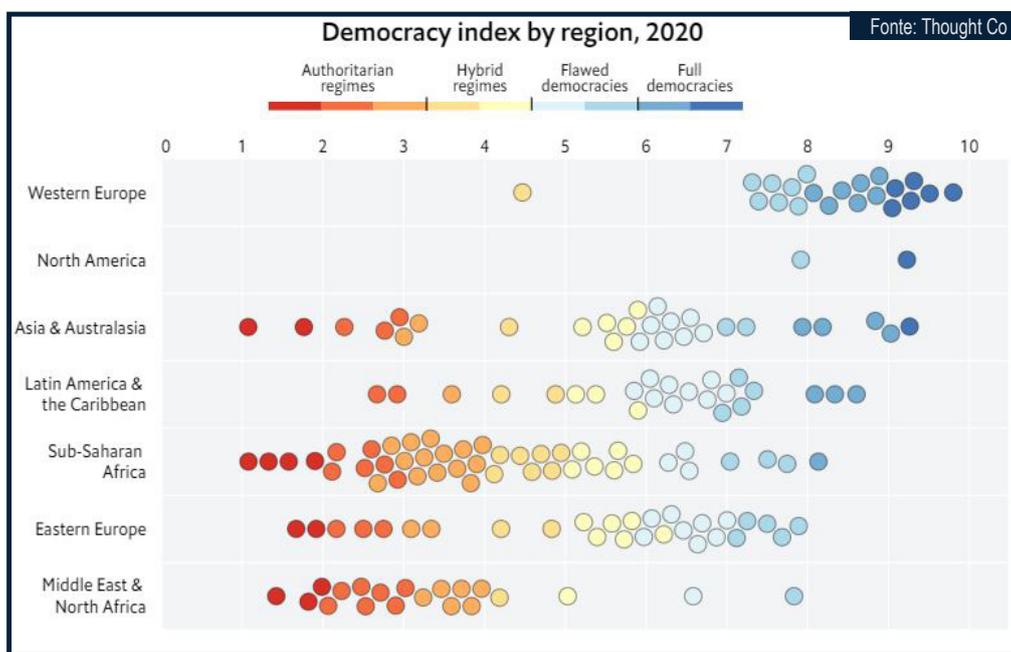
em até seis meses e a libertação imediata de Condé, que foi preso pelas Forças militares lideradas por Doumbouya.

Com o intuito de condenar o ocorrido, tanto a ECOWAS quanto a União Africana suspenderam a adesão da Guiné, além de imporem sanções ao país. No entanto, em 2020, a ECOWAS foi alvo de críticas por não se opor à prorrogação do mandato de Condé sem eleições presidenciais. Outrossim, o prosseguimento da candidatura da Guiné para a eleição do novo Secretário-Geral da Organização Marítima da África Ocidental e Central ([Boletim 146](#)) — que ocorrerá no dia 18 de novembro — segue incerto. Salienta-se o papel do país como relevante exportador da bauxita — matéria-prima para a fabricação de alumínio — e sua posição estratégica voltada ao Atlântico Sul. Ressalta-se que a instabilidade política chama a atenção da China, o maior parceiro comercial e investidor da Guiné.

Ademais, a posição da ECOWAS diante dos atuais líderes é delicada. O fracasso desta e da comunidade internacional em apoiar os processos democráticos incitou a recente repercussão com a junta militar. O >>>

Coronel Doumbouya, por sua vez, já buscou interligar as Forças Armadas, nomeando oficiais do Exército para chefiar as administrações regionais e ordenando o congelamento das contas do governo. Além disso, Doumbouya libertou cerca de 80 presos políticos contrários ao antigo presidente e vetou a participação

de aliados do mandato anterior nas próximas eleições. Evidencia-se, portanto, o desafio que estas organizações regionais enfrentam ao tentar restabelecer a cooperação internacional e um regime democrático no país diante da tendência de regimes autoritários em seu entorno.



DOI 10.21544/2446-7014.n150.p08-09.

As potencialidades da *blue economy*: o caso namibiano

Carlos Silva Júnior e Vivian Mattos

Como resposta às mudanças climáticas e à recuperação econômica, especialmente no pós-pandemia, a Namíbia lançou, em 2021, a continuidade do *Harambee Prosperity Plan* (HPP), criado em 2016. A nova versão, HPP II (2021-2025), apresenta uma estrutura de desenvolvimento nacional em cinco macro-áreas, sendo elas: (i) governança; (ii) crescimento econômico; (iii) progressão social; (iv) cooperação internacional; e (v) desenvolvimento de infraestrutura. Neste, um dos seus objetivos é ser o principal *hub* energético da África Austral, alicerçado na produção de energia renovável. Dessa forma, faz-se necessário identificar quais os imperativos que reforçam a continuidade do HPP.

Grande importadora de energia da África do Sul, a Namíbia anseia tanto encerrar a dependência energética — cerca de 40% da energia nacional é de importação do país vizinho —, como tornar-se um Estado sustentável, uma vez que essa importação é originada de termelétricas a carvão. Para alcançar essas metas, o país busca explorar suas potencialidades geográficas para diversificar sua matriz energética e, futuramente, ser exportadora de energia limpa para outros países da região. Considera-se, portanto, a energia solar na porção desértica, como o projeto *Mega Solar* em parceria com a Botsuana e financiado pelos Estados Unidos, bem como a energia eólica no litoral.

Cabe destacar que a promoção da recuperação

econômica do HPP II está ligada ao desenvolvimento da *blue economy* namibiana. Regionalmente, esse conceito foi alavancado pela União Africana em dois documentos de alto nível — *2050 Africa's Integrated Maritime Strategy* e *Agenda 2063*. Ainda, nota-se a influência sul-africana com a Operação Phakisa, que traçava a estratégia do país para o crescimento azul a partir da economia oceânica.

Apesar de ser entendida, de forma geral, como a utilização sustentável dos recursos do oceano, a *blue economy* assume características próprias de quem a promove. Assim, a Namíbia inclui as atividades relacionadas a pesca, mineração marinha, turismo, transporte marítimo, infraestruturas, cidades e indústrias costeiras, bem como deve estar fundamentada na sustentabilidade ambiental, econômica e na inclusão social. Salienta-se que, internamente, há divergências entre os setores de pesca e mineração, o qual representa o maior ativo de exportação, com a mineração de diamantes; e a possibilidade de explorar fosfato pode afetar o setor pesqueiro.

A política para governança e planejamento da *blue economy* nacional é esperada somente para 2022. Todavia, percebe-se que a Namíbia caminha em consonância com os anseios regionais de desenvolvimento sustentável, ressaltando suas capacidades, inserindo-se, também, ativamente na agenda global, olhando para as potencialidades dos recursos marítimos.

DOI 10.21544/2446-7014.n150.p09.

Global Britain em ação: o retorno da presença naval britânica no Golfo da Guiné

Guilherme Carvalho

Omês de outubro de 2021 marca o retorno da Marinha Real Britânica ao Golfo da Guiné, zona marítima localizada no litoral ocidental africano, que apresenta os mais críticos níveis de pirataria marítima no mundo, segundo a *International Maritime Bureau* (IMB). Após um hiato de três anos de presença militar na região, Londres decidiu enviar um de seus novos navios patrulha da classe *River*, o *HMS Trent*. Quais elementos ajudam a explicar essa movimentação do Reino Unido?

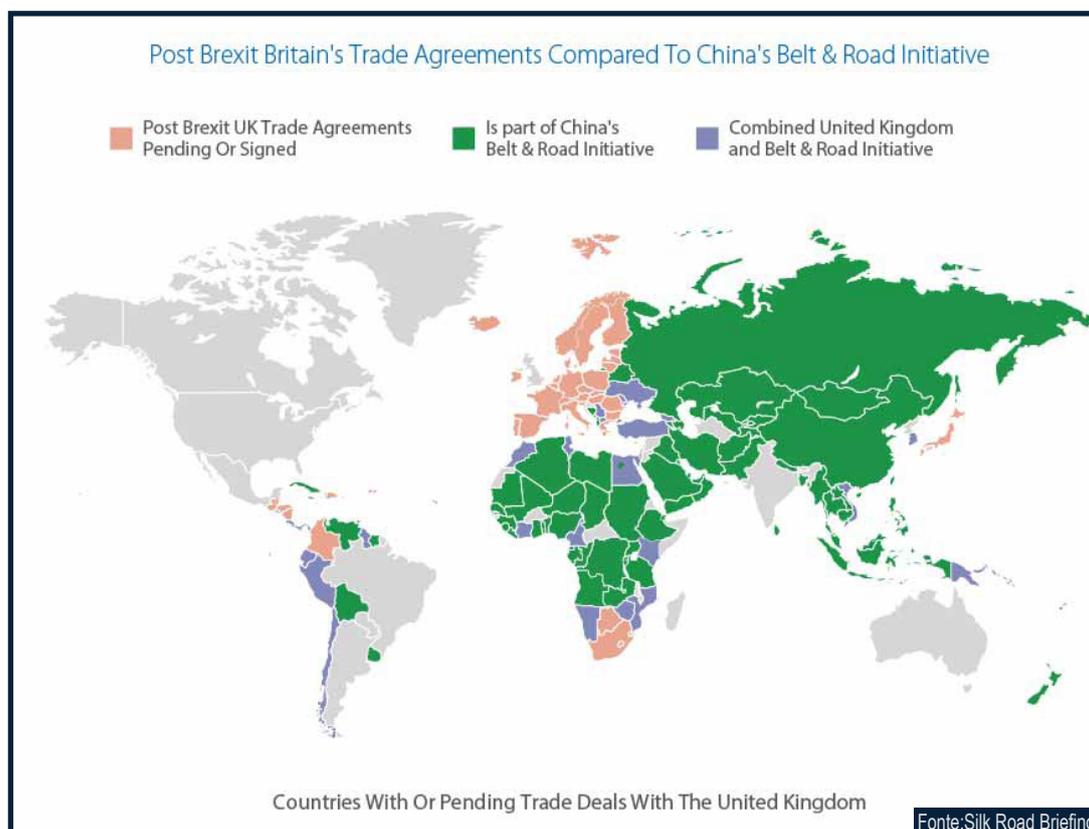
Desde sua saída da União Europeia, concretizada no início de 2021, o comércio internacional britânico vem adotando novas estratégias para sua expansão, buscando superar a incerteza nas relações comerciais com parceiros estratégicos e evitando o choque causado pela desaceleração comercial com a Europa. Atualmente, o Golfo da Guiné representa mais de US\$ 8.24 bilhões para o comércio do Reino Unido, segundo dados do Departamento de Comércio Internacional britânico, que inclui fatia vital da produção petrolífera e logística comercial mundial.

Entretanto, essa zona marítima apresenta desafios estruturais nessa movimentação. Dados do IMB atestam que, somente durante a primeira metade de 2021, todos os 50 sequestros de tripulação e 32% dos incidentes envolvendo pirataria e roubo armado se concentraram

unicamente nesta região, constituindo-se, então, como um grave cenário para a segurança internacional. Assim, o envio do *HMS Trent* ao Golfo da Guiné configura-se como mais um passo dado por Londres em sua nova política externa, resultando na intensificação do combate à pirataria e no fortalecimento das relações dos países do entorno da ilhas britânicas.

Porém, um outro motivo por trás deste retorno — e que, ao mesmo tempo, complica os objetivos do Reino Unido — é a crescente influência chinesa na região. Por meio de investimentos em países do Golfo, Pequim vem aumentando sua participação na região, vital para sua segurança energética e expansão comercial. Junto a isso, a atual política britânica de não financiamento de projetos em combustíveis fósseis abre margem para investimentos chineses na região.

Por fim, com a saída do Reino Unido da União Europeia, fez-se necessária a valorização de novas pontes comerciais no exterior que pudessem atender aos objetivos estratégicos britânicos. Entretanto, a capilaridade da influência chinesa no Golfo e novas realidades econômicas oriundas do *Brexit* certamente se caracterizam como um desafio para o retorno de Londres ao Atlântico Sul.



Navios mercantes resgatam cada vez mais migrantes no Mediterrâneo Central

Isadora Bohrer e Melissa Rossi

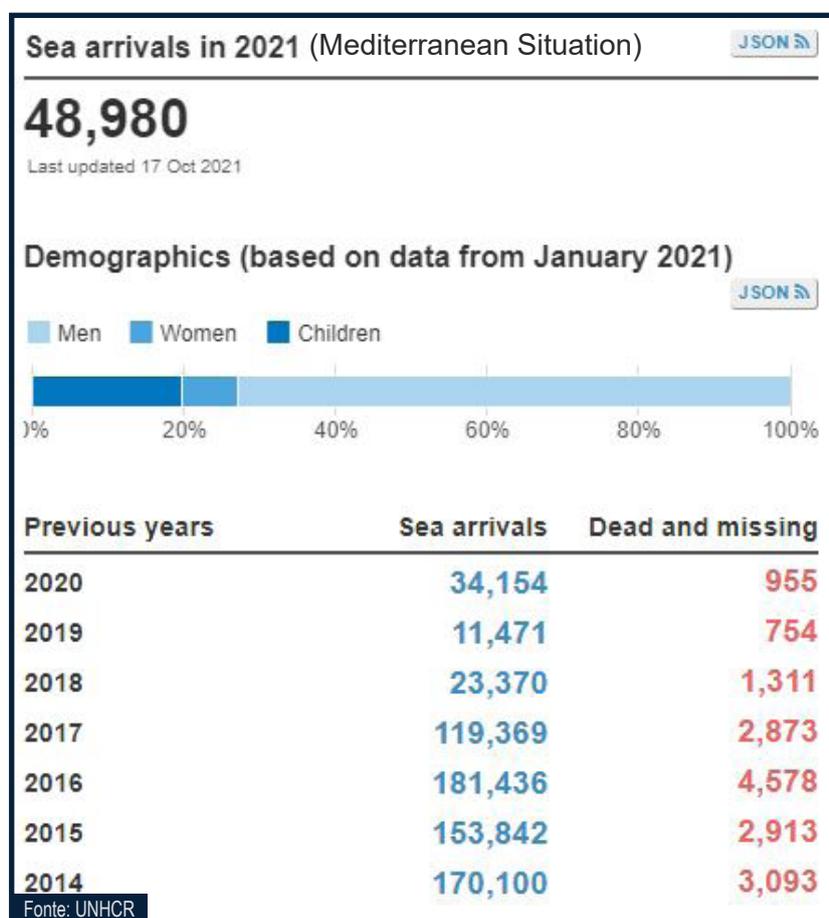
O resgate de migrantes no Mediterrâneo Central tem sido recorrente devido às crises humanitárias que se multiplicaram na última década. Somente de janeiro a metade de outubro de 2021, mais de 48 mil migrantes o utilizaram para chegar à Europa. Após o cancelamento das missões oficiais de busca e resgate, como a Operação *Sophia* em março de 2020, tem sido comum registrar resgates realizados por navios mercantes transitando pela área. O Mediterrâneo Central possui um grande fluxo de embarcações comerciais, sobretudo relacionados ao setor de petróleo e gás. No dia 02 de outubro, o navio de apoio *offshore* italiano *Asso Ventinove* foi um dos responsáveis por realizar o salvamento de 65 pessoas até um porto seguro na ilha italiana de Lampedusa. Entre 2015 e 2020, mais de 80 mil pessoas foram salvas por navios mercantes na região e levadas para a Itália e a Grécia. Por ser uma atividade normalmente realizada por Estados, qual a responsabilidade dos navios mercantes quando realizam salvamentos no mar?

Segundo o Artigo 98 da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar e a Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, Estados precisam permitir que embarcações carregando suas bandeiras prestem auxílio a barcos à deriva, cujos

tripulantes devem ser encaminhados ao porto de um país seguro, descartando a opção de retorná-los à insegurança de países como a Líbia. Isso se aplica ao resgate tanto de imigrantes econômicos quanto de requerentes de asilo — seus direitos são salvaguardados pelo princípio da não-devolução da Convenção de Genebra de 1951.

A Corte Europeia dos Direitos Humanos já condenou o Estado Italiano pela devolução de migrantes para a Líbia, no caso *Hirsi Jamaa v. outros* (2012), após o resgate próximo a Lampedusa, criando-se um precedente legal para tais situações. É interessante mencionar que a própria embarcação comercial *Asso Ventinove* é atualmente processada por cinco cidadãos da Eritreia por terem sido devolvidos à Líbia depois de um outro resgate em 2018.

Portanto, como determinado pelo Direito Internacional, navios mercantes transitando pelo Mediterrâneo são obrigados a resgatar pessoas no mar e os Estados costeiros considerados seguros devem auxiliá-los, podendo ambos sofrer consequências legais se não cumprirem tais deveres. Ademais, retorná-los a países inseguros como a Líbia é uma proibição expressa e gradativamente mais amparada por lei.



A disputa migratória entre o Norte da África e a França

Vitória França

Os cinco países do Norte da África — Argélia, Egito, Líbia, Marrocos e Tunísia — são importantes nações de destino, circulação e partida de migrantes. Atualmente, estima-se que 4,4% da população migrante é norte-africana e, deste total, 48% são acolhidos na Europa. Dentro da União Europeia, a França é um dos maiores receptores, entretanto, no último dia 28 de setembro, o país anunciou que irá reduzir o número de vistos emitidos para pessoas do Norte da África. Quais fatores ajudam a explicar essa tomada de decisão?

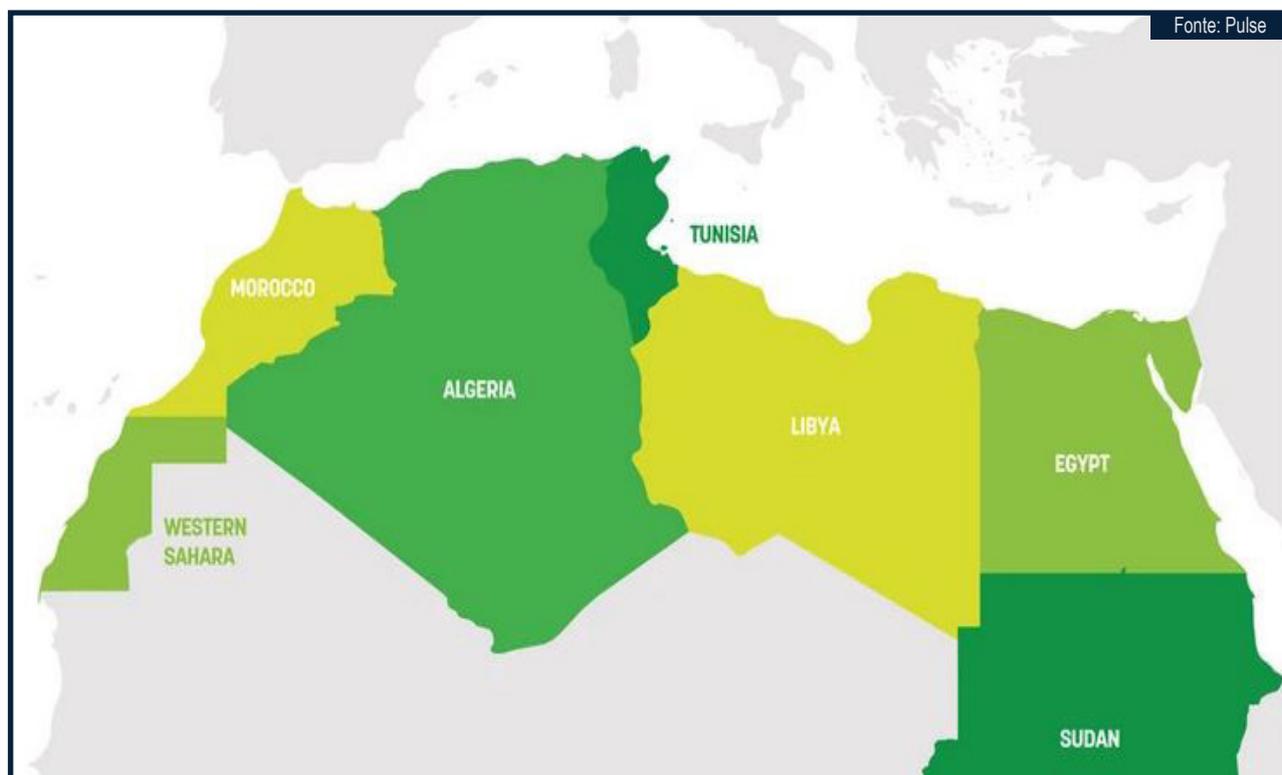
De acordo com dados governamentais, entre janeiro e julho de 2021, a Argélia emitiu apenas 31 autorizações consulares sobre cerca de 7.700 expulsões pronunciadas pela França, uma taxa de execução de 0,2%. Para o Marrocos esta taxa foi de 2,4% e para a Tunísia de 4%. Assim, dentro de algumas semanas, o governo francês planeja reduzir pela metade o número de vistos concedidos a argelinos e marroquinos e, bem como em 1/3 aos tunisianos. A decisão pela limitação da entrada de novos imigrantes é tomada em represália à recusa desses Estados em conceder as autorizações consulares necessárias ao regresso dos imigrantes irregulares expulsos da França, o que tem intensificado a crise

migratória uma vez que tais indivíduos permanecem ilegais no país.

A decisão é considerada inédita e surge em meio à escalada do fluxo migratório para a Europa. É importante perceber que o anúncio ocorre quando políticos de extrema direita avançam e pressionam o presidente Emmanuel Macron por regras de imigração mais rígidas antes das eleições presidenciais francesas em 2022.

No âmbito regional, os países envolvidos classificaram a medida francesa como “injustificada”. O Ministério das Relações Exteriores da Argélia, por exemplo, disse em comunicado que convocou o enviado francês para notificá-lo de um protesto formal. Além disso, antes de deixar a França no último 03 de outubro, o embaixador argelino pediu respeito, enfatizando que a Argélia já foi colônia francesa e é um dos maiores exportadores de gás para a Europa. Já Rabat aponta que a medida francesa é uma resposta a supostas acusações de espionagem vindas do Marrocos.

Assim, a tomada de decisão unilateral pela França ao limitar a entrada no país sinaliza que questões relacionadas ao combate à imigração irregular parecem representar uma pressão maior em sua política externa.



O Ártico e a Esquadra do Norte: a nova fronteira do poder naval russo

Pérsio Glória de Paula e Pedro Martins Mendes

Em 1904, Sir Halford Mackinder escreveu que a Rússia poderia atacar e ser atacada de todos os lados, salvo o Norte, em alusão ao Ártico, uma barreira geográfica natural. No entanto, com o degelo provocado pelos desequilíbrios climáticos ([Boletim 146](#)), o Ártico ganhou significativa proeminência estratégica, modificando a premissa do geopolítico britânico. Para Moscou, além dos ganhos econômicos com a possível nova rota marítima, a região também abre outras oportunidades. Nesse sentido, como o poder naval russo poderá responder à abertura da fronteira geopolítica do Ártico?

Desde a Guerra Fria, o Ártico é um espaço relevante para as capacidades de segundo ataque nuclear. Essa condição geoestratégica é evidenciada pelas bases aéreas e silos de mísseis balísticos e pela própria composição da Esquadra do Norte, que contém nove dos doze submarinos nucleares lançadores de mísseis balísticos (SNLMB) da Rússia.

Atualmente, um dos novos fatores estratégicos mais relevantes envolvendo o Ártico é a crescente viabilidade de seu oceano como rota comercial. Moscou estima que cerca de 80 milhões de toneladas de bens e produtos passarão pela nova Rota Marítima do Norte, até 2024, e que o custo e o tempo do transporte pelo Ártico serão inferiores aos das rotas tradicionais, como Malaca e Suez. Isso a torna altamente competitiva e aumenta

sua relevância internacional. Um exemplo é o interesse chinês em desenvolver a *Polar Silk Road*, o braço polar da iniciativa de investimentos conhecida como “Nova Rota da Seda”. Conseqüentemente, a Rússia se vê na necessidade de expandir e reestruturar a sua presença naval na região, já que essa situação também faz do Oceano Ártico um espaço de crescentes disputas geopolíticas.

Por isso, Moscou iniciou a expansão da operacionalidade e do rearmamento da Esquadra do Norte, almejando prepará-la também para o novo contexto de segurança marítima da região. A Esquadra receberá novos navios de superfície e armamentos de ponta, como mísseis hipersônicos, e tem realizado exercícios navais, inclusive com embarcações para operações anfíbias. Também é especulado que a cúpula da Marinha russa estude a criação da Esquadra do Ártico, que poderá ser a quinta esquadra do país, ficando encarregada de garantir a segurança da costa ártica e da Rota Marítima do Norte, bem como de atuar nas condições climáticas extremas da região.

Assim, a estratégia russa para essa situação tem uma característica dual: garantir suas capacidades geoestratégicas de retaliação nuclear instaladas no Ártico e preparar suas forças navais para as novas condições geopolíticas da região.



Os programas nuclear e de mísseis da Coreia do Norte: visões de Seul e Pequim

Marcelle Torres e Philippe Alexandre

O ano de 2021 marca o 60º aniversário do Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua China-Coreia do Norte — acordo consolidador da histórica aliança estratégico-militar. Em discurso durante a 76ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, o presidente sul-coreano, Moon Jae-in, exortou a mobilização internacional pela declaração do fim oficial da Guerra da Coreia, propondo a reunião entre ambas as Coreias, China e Estados Unidos (EUA); e anseia pela disposição da comunidade internacional em cooperar com Pyongyang. Contudo, um questionamento se mantém: como lidar com uma Coreia do Norte com capacidades nucleares?

Arecente retomada das atividades no complexo nuclear norte-coreano de Yongbyon reacendeu o entendimento em políticos sul-coreanos conservadores de que Pyongyang não desistirá de suas armas nucleares e que Seul deve buscar a sua própria capacidade dissuasória. A questão atinge as discussões entre candidatos presidenciais para 2022. Pyongyang busca fortalecer sua postura operacional aprimorando suas capacidades nucleares e de mísseis e reforçando suas forças convencionais sob a égide de poder militar auto defensivo; Seul enfatiza uma modernização qualitativa em suas Forças Armadas. Para isso, no âmbito da tecnologia naval e operações antissubmarino, Seul combinou submarinos com o sistema AIP, mais furtivos, com capacidades de mísseis balísticos — desenvolvimento que contrapõe o programa

de mísseis balísticos lançados de submarinos de Pyongyang, em especial a série de mísseis Pukguksong.

Para a China, os progressos da Coreia do Norte nesse campo são indesejáveis, pois o país defende a desnuclearização total da península coreana. Entretanto, elementos conjunturais levam ao aprofundamento recente das relações sino-norte-coreanas: os efeitos econômicos da COVID-19, o agravamento da escassez de alimentos, a possibilidade de uma crise migratória fronteiriça e as sanções internacionais contra Pyongyang. Ademais, o elemento estrutural legitimador da aliança sino-norte-coreana é os EUA. Assim, embora Pequim discorde dos recentes avanços do programa nuclear de Pyongyang, sua parceria deve permanecer firme diante dos avanços de Washington no Pacífico. Tanto que, nos últimos pronunciamentos, o governo chinês defendeu a suspensão das sanções no Conselho de Segurança da ONU contra a Coreia do Norte e acusou os EUA de alimentarem tensões regionais através de exercícios militares com a Coreia do Sul.

Portanto, conforme as disputas sino-americanas se aprofundem, o apoio chinês à desnuclearização da península coreana perde força. Xi Jinping deve relutar em impor sanções e usar sua influência para persuadir Kim a aderir às normas internacionais. Paralelamente, Moon Jae-in tenta restabelecer o diálogo interrompido desde 2019, enquanto avança com as capacidades militares sul-coreanas.

DOI 10.21544/2446-7014.n150.p14.

SUL DA ÁSIA

Metas climáticas indianas: ousadas demais para serem atingidas individualmente?

Marina Corrêa

A primeira reunião presencial do Diálogo Quadrilateral de Segurança (QUAD) ocorreu no dia 24 de setembro, na Casa Branca. Tal encontro repercutiu internacionalmente por conta dos diversos temas abordados, como COVID-19 e Indo-Pacífico. Mesmo que a China não tenha sido mencionada explicitamente, Pequim também foi um dos pilares da discussão. Porém, para além da cooperação frente à segurança regional, essa reunião se fez importante para a Índia, por ter destacado os problemas relacionados às mudanças climáticas e dado uma perspectiva do seu desenvolvimento tecnológico.

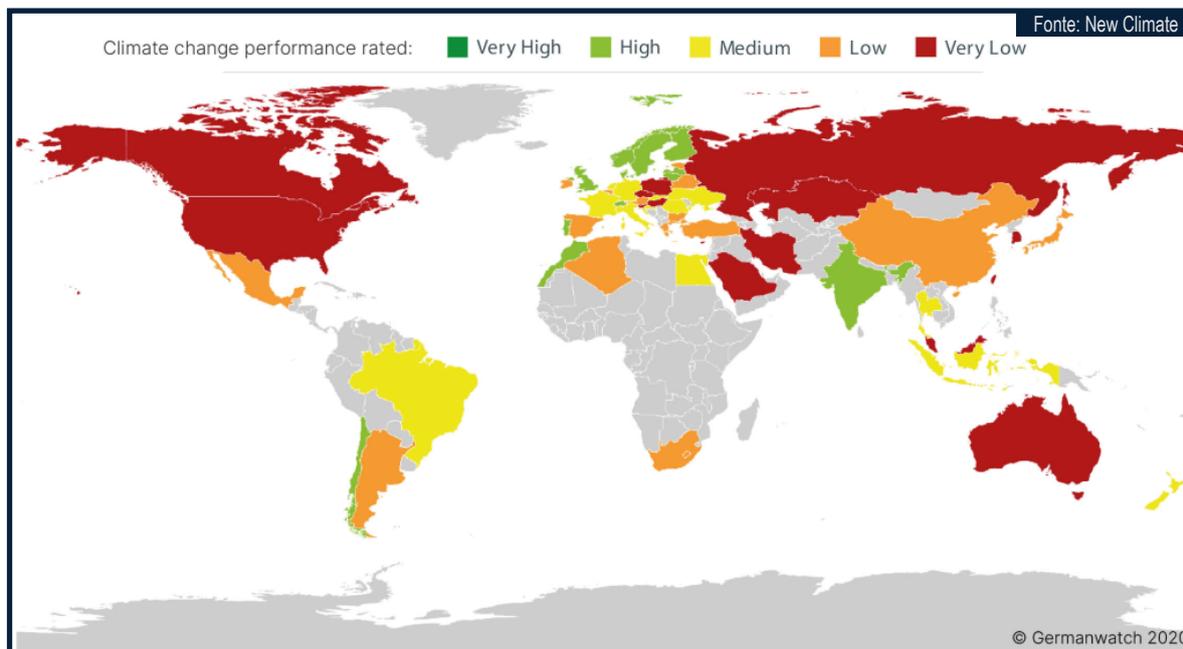
A política indiana a respeito do clima começou em 2008, com o anúncio do Plano de Ação Nacional sobre Mudanças Climáticas (NAPCC, em inglês), e continuou com inúmeros projetos internacionais de energia renováveis — como a criação da Aliança Solar

Internacional — a fim de promover e desenvolver o conhecimento estratégico sobre mudanças climáticas. Sabe-se que a Índia possui ambiciosas metas a respeito de energias renováveis até 2030 ([Boletim 116](#)), as quais sofreram alguns pequenos atrasos devido à pandemia de COVID-19. Essa temática é uma das preocupações mais importantes do país, principalmente dada a proximidade da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), que acontecerá entre os dias 31 de outubro a 12 de novembro de 2021.

Assim sendo, durante a reunião do QUAD, foi anunciado que os quatro países "unirão forças para enfrentar a crise climática, uma vez que é tema de urgência". Para isso, trabalharão juntos para manter os limites de temperatura estabelecidos no Acordo de Paris (2015), assim como atualizarão e comunicarão suas

Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, em inglês) ambiciosas até a COP26. Também pretendem colocar o Indo-Pacífico como área de responsabilidade, uma vez que o foco é dado em três temáticas: (i) ambição climática; (ii) inovação, implantação de energia limpa e adaptação climática; e (iii) resiliência e preparação, mirando as metas globais de *Net Zero* até 2050. Como destacado no [Boletim 141](#), a pauta climática também foi assunto da reunião dos BRICS, os quais prometeram engajamento no tocante à transição energética.

Portanto, por mais que a Índia busque tais cooperações, com consequentes transferências tecnológicas, bem como propostas financeiras advindas de seus parceiros para tornar possível o objetivo comum e a promoção de esforços com os países do Indo-Pacífico, a nação sul asiática busca estar na liga de "alta ambição" antes da COP26 para continuar se afirmando como líder do movimento de transição energética. O QUAD surge como uma boa plataforma para esse fim.



DOI 10.21544/2446-7014.n150.p14-15.

Investimentos indianos no setor espacial

lasmin Gabriele Nascimento

A corrida espacial é uma realidade para as grandes potências e demanda investimentos em pesquisas científicas e infraestrutura que permitam um desenvolvimento satisfatório. Hoje, cerca de quarenta países possuem agências espaciais, sendo uma delas a *Indian Space Research Organisation (ISRO)*, que representa os interesses de Nova Délhi. A partir de uma série de inovações recentemente anunciadas pela ISRO, cabe compreender o interesse indiano em projetar-se para o Espaço.

Conforme foi relatado no [Boletim 133](#), a Índia assinou com a Austrália um acordo que permite que ambos os países ampliem sua cooperação no que diz respeito à tecnologia espacial, dentre outras implicações derivadas desse aspecto. Já existia o apoio da França acerca da segurança no Espaço, o que torna evidente a possibilidade de um novo acordo entre Nova Délhi e Paris (ambos possuem uma relação de longo prazo de cooperação em setores estratégicos). A Índia já havia assinado na última década acordos semelhantes com Estados Unidos e Japão. Tais acordos são relevantes tanto para a estratégia indiana, quanto para seus parceiros que

buscam um contrapeso aos avanços espaciais chineses.

Recentemente, o governo Modi anunciou que pretende lançar sua primeira missão solar em 2022, a *Aditya L1*, com fins científicos. O lançamento da missão havia sido programado para 2020, mas acabou sendo postergado por conta da pandemia. Há também a previsão do lançamento do observatório espacial *Xposat*, o segundo do país, também no próximo ano. Assim, é evidente a tentativa da agência espacial indiana de projeção de poder em um dos territórios mais disputados no contexto geopolítico atual.

Há, ainda, muito para se discutir acerca das regulamentações sobre o uso e a exploração do Espaço, bem como quais limites jurídicos devem ser estipulados a fim de manter a estabilidade no Sistema Internacional. É fato que os países continuarão a investir em tecnologias para se estabelecerem como potências espaciais. Nesse contexto, Nova Délhi enfrenta o desafio de defender sua posição e seus interesses nesse novo cenário. A ISRO, que existe desde 1969, tem ganhado relevância, tendo em vista seus acordos e parcerias; e buscar firmar-se entre os grandes desse Setor é crucial para a estratégia da Índia.

DOI 10.21544/2446-7014.n150.p15.

O AUKUS e o desenvolvimento estratégico das Filipinas

Gabriela Veloso e Thayná Fernandes

A recente formalização do acordo estratégico entre Austrália, Estados Unidos e Reino Unido (AUKUS) pela construção de submarinos de propulsão nuclear na Austrália suscitou debates, sobretudo em relação às questões de segurança no Indo-Pacífico. Os líderes dos países reforçaram as intenções da parceria em garantir a paz e a cooperação diante das crescentes disputas por territórios marítimos na região. Para além da Austrália, o acordo pode gerar vantagens e benefícios a países asiáticos. Neste sentido, quais seriam os efeitos do AUKUS nas Filipinas?

Uma das principais alianças internacionais de Manila é o Tratado de Defesa Mútua com os Estados Unidos, ratificado em 1951, que visava conter o avanço soviético na Ásia. Até a década de 1990, as Filipinas abrigavam duas das maiores bases militares estadunidenses. Ainda, os dois países estabeleceram um Acordo de Forças Visitantes ([Boletim 145](#)), facilitando a presença de aeronaves, embarcações e militares estadunidenses em território filipino. Entretanto, as eleições de Donald Trump e de Rodrigo Duterte abriram espaço para que a China pudesse se aproximar de maneira mais contundente das Filipinas, já que os antigos aliados estavam se distanciando. Na época, visando a redução dos altos índices de desemprego no país, Duterte viu na iniciativa *One Belt, One Road* oportunidades de desenvolvimento

econômico.

Todavia, as invasões de Pequim nas Zonas Econômicas Exclusivas das nações na área do Mar do Sul da China incomodam, mas não podem ser diretamente combatidas, principalmente pela superioridade militar chinesa. Assim, em 2018, Duterte aprovou a segunda fase do plano de modernização das Forças Armadas, a ser concluído até 2028. Nesta fase, inicialmente prevista para custar US\$ 5,6 bilhões, haverá a aquisição de meios militares. Até o momento, as Filipinas adquiriram duas fragatas de mísseis guiados da Coreia do Sul, contrataram oito navios de patrulha rápida classe *Shaldag*, estações de armas controladas remotamente e mísseis de Israel. Há ainda o contrato com a Índia, que inclui aquisição de mísseis de cruzeiro supersônicos *Brahmos* e a negociação de 6 navios patrulha *offshore* com a Austrália.

Às Filipinas, o AUKUS chegou em bom momento, pois a terceira fase do programa de modernização de suas Forças Armadas prevê a aquisição de seis submarinos convencionais e, por isso, o desenvolvimento do programa submarino australiano pode impulsionar o filipino e, talvez, convertê-lo a embarcações de propulsão nuclear. O acordo, desse modo, incentiva a busca por novas parcerias, aproxima as Filipinas de outros países e contribui para uma postura mais assertiva frente à China.



O Norte e o Oeste: *Zapad-2021* e a estratégia russa para o Ártico

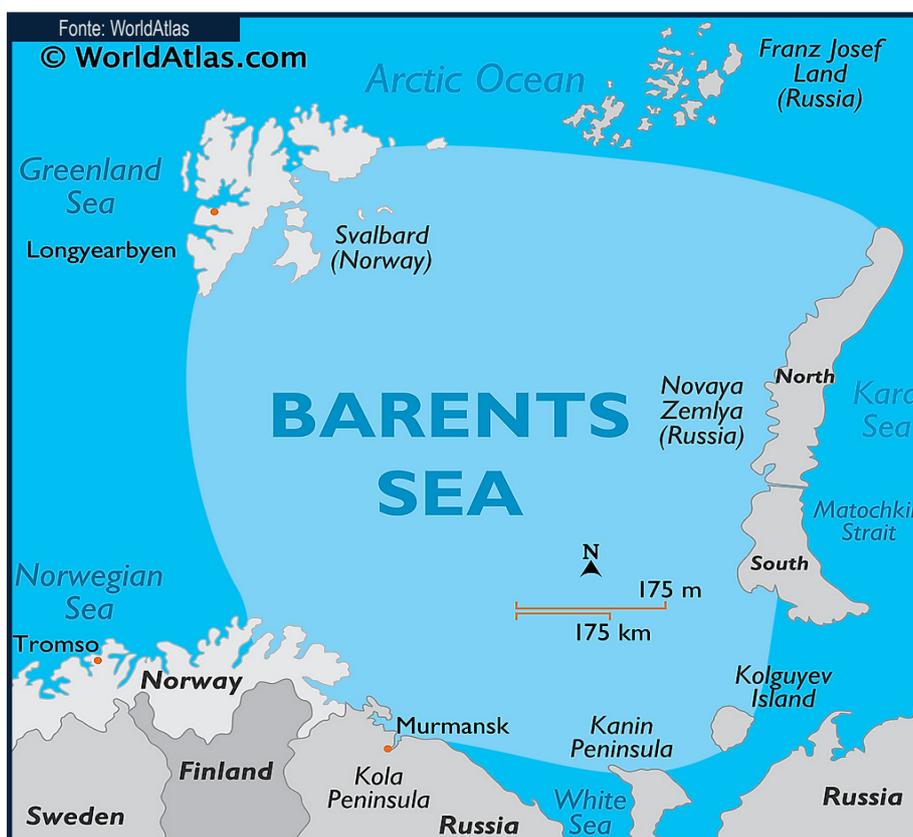
Pedro Allemand e Raphaella Costa

A Esquadra do Norte, a maior da Marinha russa, atua, sobretudo, no Mar de Barents e no Mar da Noruega, protegendo e projetando os interesses do país no Ártico e no Atlântico Norte. O mais recente exercício liderado por essa força ocorreu em setembro de 2021 e envolveu mais de 3.000 soldados e cerca de 500 veículos militares, armas e equipamentos na Península de Kola, fronteira à Noruega e à Finlândia. Esta movimentação, por sua vez, ocorreu em paralelo ao Exercício *Zapad-2021*, importante para as Forças Armadas russas e que demonstra suas capacidades de emprego e mobilização. Por isso, o presente artigo analisará a relevância do Ártico na agenda militar russa.

O *Zapad* é um exercício tradicional do Estado-Maior Russo que ocorre a cada quatro anos e, ainda que tenha o objetivo primeiro de treinamento, cumpre a função de sinalizar e demonstrar as capacidades militares do país, contando este ano com forças da Armênia, Bielorrússia, Cazaquistão, Índia, Mongólia e Quirguistão. O exercício de 2021 ofereceu percepções úteis sobre como os russos enxergam uma possível guerra regional ou de grande escala com a OTAN em suas zonas de interesse. Paralelamente, em setembro, ocorreu um exercício no

Ártico dirigido pela Esquadra do Norte da Rússia, na Península de Kola. O exercício também envolveu o emprego do sistema de defesa costeira *Bastion* nas terras de Franz Joseph, bem como a presença de navios como o Almirante *Kasatonov* e o cruzador nuclear *Pyotr Velikiy* simulando a defesa contra operações anfíbias no Mar de Barents.

A realização do *Zapad*, palavra russa que significa “Oeste”, revela que a Rússia lê as tensões em duas frentes — Ocidental e Norte — de forma interligada. Embora um dos inimigos fictícios do exercício fosse a “República Polar”, o ataque lançado por esse mesmo ator se originava na porção ocidental do Mar de Barents. Além disso, essa investida russa em sua agenda militar comprova a prontidão do país em resolver questões que dizem respeito à sua defesa, sendo o Ártico parte essencial da segurança militar e de atividades econômicas marítimas expressivas. Logo, essas ações estão em consonância com a Estratégia Russa para o Ártico até 2035, que considera o crescimento potencial do conflito militar na região como uma ameaça e uma consequente necessidade do aumento contínuo de aparatos adequados ao clima ártico hostil nas forças armadas da Rússia.



Captura e armazenamento de carbono: um passe-livre para a continuidade das emissões?

Guilherme Novaes

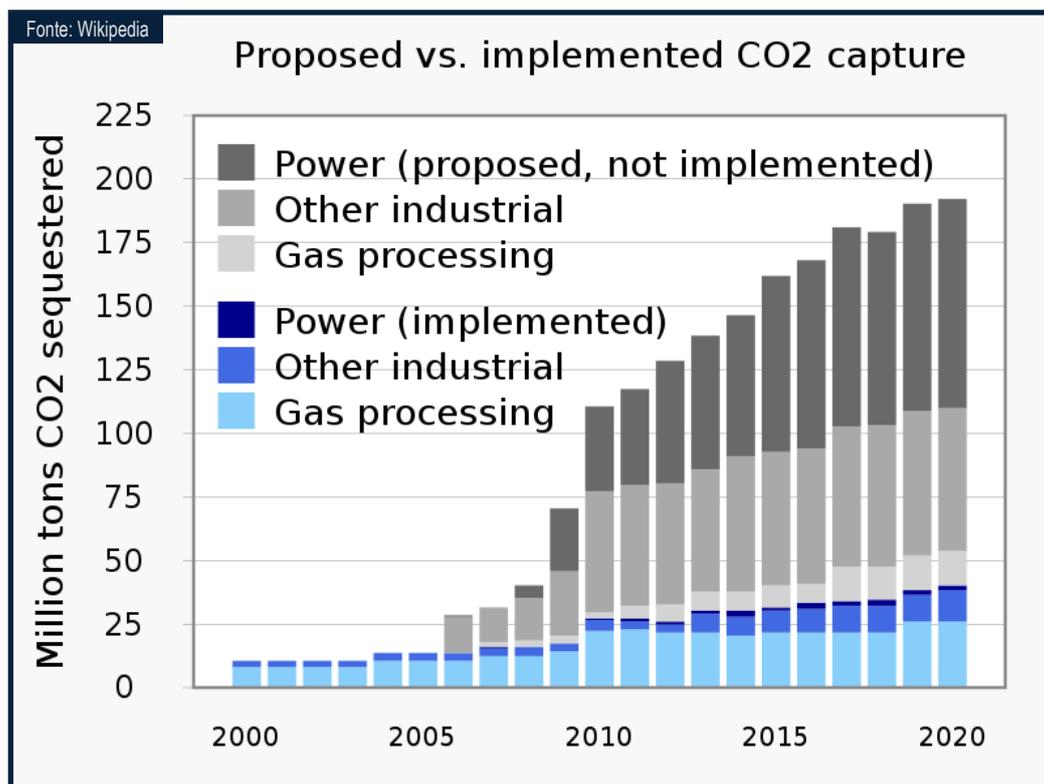
As mudanças climáticas globais já estão em curso. A contenção do aquecimento da Terra em 1,5°C em relação ao período pré-industrial, como previsto no Acordo de Paris, parece inalcançável. Necessita-se de uma drástica redução da emissão de carbono e metano no planeta via substituição de combustíveis fósseis por fontes de energia limpa. Nesse contexto, a tecnologia de captura e armazenamento de carbono (CCS, sigla em inglês) surge como aliada. Com ela, percebe-se que o uso de combustíveis fósseis pode ter uma vida útil maior, já que a atmosfera não será o destino do carbono emitido. No entanto, quais são os impedimentos para a CCS se tornar uma tecnologia de uso mais amplo a curto, médio e longo prazos?

Empresas do setor de óleo e gás advogam pela CCS, prometendo que essa seja uma maneira de reduzir o seu impacto em termos de emissões de carbono. Essa tecnologia é entendida, muitas vezes, como nova, havendo muito para se desenvolver, mas essa não é a realidade. A CCS é usada em submarinos desde a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) para manter o ar respirável; cápsulas espaciais a utilizam para retirar dióxido de carbono do ar, dentre outros exemplos. Trata-se de uma tecnologia madura, cujos entraves para sua popularização envolvem mais questões econômicas,

de escala e de sustentabilidade.

A CCS exige grande quantidade de energia, cujo fornecimento global ainda vem, em sua maioria, de fontes não-renováveis. Isso soa contraproducente uma vez que o carbono é capturado diretamente de plantas de geração de energia elétrica, pois mais energia é gasta para que o carbono seja capturado. Além disso, é uma tecnologia cara. Energias renováveis — como a eólica e a solar — vêm diminuindo seus preços substancialmente há duas décadas, além de serem uma forma de fazer com que as emissões não aconteçam, e não uma maneira de mitigar algo que é evitável.

Em agosto de 2021, foi aprovado o acordo bipartidário de infraestrutura pelo Senado dos Estados Unidos, que inclui US\$ 6 bilhões de subsídio para a CCS. Em julho, 500 grupos de defesa do meio ambiente lançaram uma declaração se opondo à CCS, considerando-a como uma “distração perigosa”. As mudanças climáticas impõem um desafio no qual a humanidade deve atuar em duas frentes: lidar com os seus efeitos e prevenir que estes se intensifiquem. A CCS pode ser uma aliada na prevenção de emissões, mas a substituição de combustíveis fósseis por renováveis, no momento, parece ser uma solução mais viável em termos ambientais e econômicos.



- ▶ [Apure's Proxy War](#)
INSIGHT CRIMES
- ▶ [Climate politics: Why the old diplomacy no longer works](#)
CHATHAM HOUSE, John Kampfe
- ▶ [NATO's Weakness is Not Good News for Europe. We Need a Strong Transatlantic Link](#)
RUSI, Nathalie Loiseau
- ▶ [The Role of the Oil Sector in Venezuela's Environmental Degradation and Economic Rebuilding](#)
CSIS, Ryan C. Berg
- ▶ [US and allies test aircraft carrier options](#)
IISS, Nick Childs

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Clique nas caixas para acessar os links referentes:

Por: Isadora Jacques e Raphaella Costa

OUTUBRO

21-22	22-23	24	25-27	26-28
				
CONSELHO EUROPEU REUNIÃO DOS CHEFES DE ESTADO (BÉLGICA)	CTSO EXERCÍCIO LIDERADO PELA RÚSSIA (TAJIKISTÃO)	CHADE ELEIÇÕES PARLAMENTARES	EU-POLARNET II ASSEMBLEIA GERAL UE-POLARNET	ASEAN 38ª CÚPULA DA ASEAN (BRUNEI)
27	28	30-31	31	31
				
BRASIL I SIMPÓSIO MARÍTIMO DA ZOPACAS	BANCO CENTRAL EUROPEU REUNIÃO DO CONSELHO (ALEMANHA)	G20 16ª CÚPULA COM OS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO (ITÁLIA)	COP26 ABERTURA DA COP26 (REINO UNIDO)	JAPÃO ELEIÇÕES GERAIS

NOVEMBRO

05-10	07	08	10-11
			
CHINA EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE IMPORTAÇÃO DA CHINA	NICARÁGUA ELEIÇÕES GERAIS	APEC CÚPULA DA COOPERAÇÃO ECONÔMICA ÁSIA-PACÍFICO	PARLAMENTO EUROPEU SESSÃO PLENÁRIA (BÉLGICA)

- Crise hídrica no Paraguai**
[Bajante persiste: río Paraguay bate otro récord por tercer día consecutivo - Nacionales. ABC Color](#), Asunción, 25 set. 2021. Acesso em: 02 out. 2021.
 ASERVÍN, P. [El río Paraguay registra una bajante histórica en el puerto de Asunción y está en riesgo la navegación. Clarín](#), Buenos Aires, 23 set. 2021. Acesso em: 02 out. 2021.
- NApAnt: Brasil seleciona projeto de Singapura**
 CAIAFA, R. [Brasil elige la propuesta de Sembcorp Marine para su nuevo buque antártico. Infodefensa](#), Madri, 06 out. 2021. Acesso em: 12 out. 2021.
 PADILHA, L. [Futuro NApAnt da Marinha terá como base o NAPIP do estaleiro Jurong Aracruz/SEMBCORP. Defesa Aérea & Naval](#), [s.l.], 06 out. 2021. Acesso em: 12 out. 2021.
- Os haitianos e a crise migratória na fronteira entre México e Estados Unidos**
[Migrantes haitianos luchan por iniciar una nueva vida en México. NTN24](#), Bogotá, 29 set. 2021. Acesso em: 30 set. 2021.
 SANCHES, M. [Crise migratória: EUA deportam 47 crianças brasileiras para o Haiti. BBC News Brasil](#), São Paulo, 28 set. 2021. Acesso em: 30 set. 2021.
- A ruptura da ordem constitucional na Guiné e a fragilidade democrática na África Ocidental**
 SIEGLE, J.; EIZENGA, D. [Guinea coup has left west Africa's regional body with limited options. But there are some. The Conversation](#), Washington, 17 set. 2021. Acesso em: 10 out. 2021.
 ECOWAS [suspends Guinea after coup, says it will send mediators. Al Jazeera](#), Doha, 8 set. 2021. Acesso em: 10 out. 2021.
- As potencialidades da blue economy: o caso namibiano**
 CARVER, R. [Lessons for blue degrowth from Namibia's emerging blue economy. Sustainability Science](#), Vancouver, v. 15, n. 1, p. 131-143, 23 dez. 2019. Acesso em: 14 out. 2021..
 GEINGOB, H. [Namibia is poised to become the renewable energy hub of Africa. World Economic Forum](#), Geneva, 03 out. 2021. Acesso em: 10 out. 2021.
- Global Britain em ação: o retorno da presença naval britânica no Golfo da Guiné**
[HMS Trent deploys on security mission to West Africa. Royal Navy](#), Londres, 05 out. 2021. Acesso em: 10 out. 2021.
 NUNES, C. [O Golfo da Guiné e a Segurança Energética da China. População e Prospectiva \(Working Papers\)](#), Porto, v. 2, n.15, p. 1-15, 30 nov. 2012. Acesso em: 10 out. 2021.
- Navios mercantes resgatam cada vez mais migrantes no Mediterrâneo Central**
[Italian vessel rescues 65 from migrant boat fleeing Libya. Associated Press](#), Nova Iorque, 02 out. 2021. Acesso em: 13 out. 2021.
 RIJTANO, R. [Respingimenti in Libia. Asso Ventinove e governo italiano a processo. Lavalibera](#), Torino, 15 fev. 2021. Acesso em: 12 out. 2021.
- A disputa migratória entre o Norte da África e a França**
[France to reduce visas for North Africans in migration spat. Associated Press](#), [s. l.], 28 set. 2021. Acesso em: 29 set. 2021.
[Migration data relevant for the COVID-19 pandemic. Migration Data Portal](#), Berlim, [s.d.]. Acesso em: 29 set. 2021.
- O Ártico e a Esquadra do Norte: a nova fronteira do poder naval russo**
[Russia mulls new Arctic Fleet to patrol thawing ice of Far North as part of plans to make new waterway major trade route – reports. RT](#), [s.l.], 07 out. 2021. Acesso em: 14 out. 2021.
[Warships from Russia's Northern Fleet hold tactical exercises simulating battle on remote arctic New Siberian Islands. RT](#), [s.l.], 07 out. 2021. Acesso em: 14 out. 2021.
- Os programas nuclear e de mísseis da Coreia do Norte: as visões de Seul e Pequim**
 JAKHAR, P. ['Lips and Teeth': The Enduring China-North Korea Relationship. Jamestown](#), Washington, 17 ago. 2021. Acesso em: 16 out. 2021.
 LARSEN, M. [Talk of a Nuclear Deterrent in South Korea. Foreign Policy. Foreign Policy](#), Seul, 09 ago. 2021. Acesso em: 15 out. 2021.
- Metas climáticas indianas: ousadas demais para serem atingidas individualmente?**
 MOHAN, V. [Quad joint statement raises hope for India's higher climate ambition ahead of COP26. The Times of India](#), Mumbai, 28 set. 2021. Acesso em: 15 out. 2021.
 CHATURVEDI, S. [Analysing India's Climate Change Policy. The Leaflet](#), [s.l.], 30 set. 2021. Acesso em: 15 out. 2021.
- Investimentos indianos no setor espacial**
 RAJAGOPALAN, R. [India-France Agree on Space Security Dialogue. The Diplomat](#), Washington, 03 set. 2021. Acesso em: 15 out. 2021.
 DUTT, A. ['India's first solar mission likely to launch next year': ISRO. Hindustan Times](#), Nova Delhi, 17 set. 2021. Acesso em: 15 out. 2021.
- O AUKUS e o desenvolvimento estratégico das Filipinas**
 DE LA CRUZ, J. [GT Cap earnings grew 21% in Q1. Business Mirror](#), Makati, 15 maio 2018. Acesso em: 15 out. 2021.
 ESPEÑA, J.; GILL, D. [How AUKUS Could Enhance Philippine Strategic Culture. The Diplomat](#), Washington, 7 out. 2021. Acesso em: 15 out. 2021.
- O Norte e o Oeste: Zapad-2021 e a estratégia russa para o Ártico**
 KOFMAN, M. [Zapad 2021: What We Learned From Russia's Massive Military Drills. The Moscow Times](#), Moscou, 23 set. 2021. Acesso em: 11 out. 2021.
 NILSEN, T. [Northern Fleet exercises in parallel with Zapad-2021. The Barents Observer](#). 15 set. 2021. Acesso em: 11 out. 2021.
- Captura e armazenamento de carbono: um passe-livre para a continuidade das emissões?**
 DAVIS, J. [Fossil Fuel Industry Pitches Carbon Capture As Climate Cure. But Is It?. The Society of Environmental Journalists](#), Washington, 08 set. 2021. Acesso em: 15 out. 2021.
 O'DONNELL, T. [Can carbon capture technology save the planet?. The Week](#), Nova Iorque, 13 set. 2021. Acesso em: 15 out. 2021.

Os mapas iniciais (pág 03 e 04) do Boletim foram produzidos pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 03 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência direta ou indireta na economia brasileira e impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Ademais, serão considerados os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Após a seleção dos fenômenos, estes são categorizados em alto risco (vermelho) ou médio risco (laranja), seguindo parâmetros que refletem a gravidade do risco: quantidade de vítimas, relevância dos atores envolvidos, impacto na economia global e possibilidade da escalada de tensões. Os países em

cinza representam conflitos monitorados, caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

Devido ao aumento do número de casos (infectados, internados e óbitos) relacionados à COVID-19, houve uma adaptação na análise do cenário. Dessa forma, elaborou-se um mapa à parte, com os 15 países com maior número de infectados de acordo com o último relatório da OMS divulgado até a data deste boletim. Dessa forma, os países foram divididos em vermelho, laranja e amarelo de acordo com o número de casos totais. As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Rafael Esteves Gomes

► ALTO RISCO:

- AFGANISTÃO — Crise estrutural: [Afghanistan crisis: G20 leaders pledge to avert economic catastrophe](#). **BBC**, 13 out. 2021. Acesso em: 18 out. 2021.
- GUINÉ — Golpe de Estado: [ECOWAS in Guinea: Tough on coups, tame on the causes of coups](#). **African Arguments**, 14 out. 2021. Acesso em: 18 out. 2021.
- HAITI — Crise estrutural: [Gangue sequestra 17 missionários e seus parentes, incluindo 5 crianças, de entidade americana no Haiti](#). **O Globo**, 17 out. 2021. Acesso em: 18 out. 2021.
- IÊMEN — Guerra civil e crise humanitária: [Shameful milestone’ in Yemen as 10,000 children killed or maimed since fighting began](#). **Relief web**, 19 out. 21. Acesso em: 19 out. 2021
- LÍBANO — Crise estrutural: [Lebanon’s Future as an Inclusive Democracy in Doubt](#). **Fair Observer**, 18 out. 21. Acesso em: 18 out. 2021
- VENEZUELA — Crise estrutural: [Governo de Maduro suspende negociações com a oposição por causa da extradição de Alex Saab](#). **El País**, 17 out. 2021. Acesso em: 18 out. 2021.

► MÉDIO RISCO:

- ETIÓPIA — Conflito entre governo e forças insurgentes: [Air strikes hit capital of Ethiopia's Tigray: sources](#). **France 24**, 18 out. 2021. Acesso em: 18 out. 2021.
- GUATEMALA — Invasão ao Congresso: [Riot police deployed after protesters breach Congress, set cars alight](#). **BBC**, 20 out. 2021. Acesso em: 20 out. 2021.
- MALI — Instabilidade política: [Mali's plan for Russia mercenaries to replace French troops unsettles Sahel](#). **BBC**, 18 out. 2021. Acesso em: 18 out. 2021.
- MYANMAR — Golpe militar: [ASEAN to exclude Myanmar’s leader from summit in key rebuke](#). **AP News**, 15 out. 2021. Acesso em: 18 out. 2021.
- MOÇAMBIQUE — Conflito entre governo e forças insurgentes: [Cabo Delgado: Analistas defendem reconstrução, mas com emprego](#). **DW**, 16 out. 2021. Acesso em: 18 out. 2021.

- SÍRIA — Insegurança regional: [Turkey shifting Syria strategy after Kurdish militia's attacks](#). **Arab News**, 19 out. 2021. Acesso em: 19 out. 2021.
- SOMÁLIA — Crise eleitoral e humanitária: [Somália rejeita plano para missão de manutenção da paz](#). **Mundo ao Minuto**, 12 out. 2021. Acesso em: 18 out. 2021.
- TUNÍSIA — Instabilidade Interna: Tunísia: [US lawmakers slam Kais Saied as he cements one-man rule](#). **Middle East Eye**, 15 out. 2021. Acesso em: 18 out. 2021.
- ▶ EM MONITORAMENTO:
- ARMÊNIA E AZERBAIJÃO — Conflito em Nagorno-Karabakh: [The U.N. Must Investigate Nagorno-Karabakh War Crimes](#). **Foreign Policy**, 07 out. 2021. Acesso em: 18 out. 2021.
- BELARUS — Crise política e tensões com o bloco europeu: [French ambassador ordered out of Belarus in diplomatic spat](#). **Al Jazeera**, 18 out. 2021. Acesso em: 18 out. 2021.
- CHINA — Crise energética: [China's energy crisis threatens lengthy disruption to global supply chain](#). **Financial Times**, 16 out. 2021. Acesso em: 18 out. 2021.
- COLÔMBIA — Crise estrutural: [Colômbia vive onda de violência contra ativistas, 5 anos após acordo com as Farc](#). **O Globo**, 17 out. 2021. Acesso em: 18 out. 2021.
- COREIA DO NORTE — Testes de mísseis: [North Korea fires what seems to be SLBM toward East Sea: Joint Chiefs of Staff](#). **The Korea Times**, 19 out. 2021. Acesso em: 19 out. 2021.
- EQUADOR — Crise de segurança pública: [Lasso decreta el estado de excepción para combatir la inseguridad](#). **El Comercio**, 18 out. 2021. Acesso em: 19 out. 2021.
- GOLFO DA GUINÉ — Insegurança marítima conjuntural: [Piracy and armed robbery incidents at lowest level in decades, but IMB cautions against complacency](#). **ICC**, 14 out. 2021. Acesso em: 18 out. 2021.
- IRÃ — Tensões com o Azerbaijão: [Azerbaijan, Iran agree to mend ties 'through dialogue](#). **Al Jazeera**, 13 out. 2021. Acesso em: 18 out. 2021.
- LÍBIA — Em cessar-fogo: Libia: [War crimes likely committed since 2016, UN probe finds](#). **United Nations**, 04 out. 2021. Acesso em: 05 out. 2021.
- MAR DO SUL DA CHINA — Exercícios navais e presença de potências extrarregionais: [South China Sea Updates: US, Canadian Warships Sail Through Taiwan Strait Angering China](#). **International Business Times**, 18 out. 2021. Acesso em: 18 out. 2021.
- MEDITERRÂNEO CENTRAL — Aumento expressivo de travessia de migrantes: [Mediterranean Situation](#). **Operational Data Portal**, 17 out. 2021. Acesso em: 19 out. 2021.
- MÉXICO — Crise migratória: [US plans to reinstate 'Remain in Mexico' policy next month](#). **The Associated Press**, 15 out. 2021. Acesso em: 18 out. 2021.
- NICARÁGUA — Crise política: [Nicaragua no confía en Ortega para resolver sus problemas, los principales de ellos la corrupción y el desempleo](#). **La Prensa**, 17. out. 2021. Acesso em: 18 out. 2021.
- NÍGER — Aumento da atividade terrorista: [Ataque de supostos jihadistas deixa 10 mortos no Níger](#). **Estado de Minas**, 13 out. 2021. Acesso em: 18 out. 2021.
- REINO UNIDO: Crise de Abastecimento: [UK fuel crisis: Was eco-petrol really the cause of the nation's shortages?](#). **Euro news**, 11 out. 2021. Acesso em: 18 out. 2021.
- TAIWAN — Incursões no espaço aéreo taiwanês: [China's Taiwan incursions are more sound than fury](#). **Asia Times**, 07 out. 2021. Acesso em: 18 out. 2021
- UCRÂNIA — Tensões transfronteiriças com Rússia: [Paris announces Normandy meeting at the level of foreign ministers in the coming weeks](#). **122**, 12 out. 2021. Acesso em: 18 out. 2021.